

**DUAS REGIÕES E DUAS  
POLÍTICAS EXTERNAS:  
ESPECULAÇÕES SOBRE  
APROXIMAÇÕES E  
DISTANCIAMENTOS DAS  
POLÍTICAS EXTERNAS DE FHC  
E LULA EM RELAÇÃO À  
AMÉRICA DO SUL E ÁFRICA<sup>1</sup>**

WALACE FERREIRA

---

Doutorando em Sociologia  
(Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ),  
Professor Substituto na Faculdade de Ciências Sociais da UERJ.

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto do meu projeto de Doutorado, o qual diz respeito a uma abordagem das políticas externas de FHC e Lula em relação à América do Sul e a África.



## RESUMO

As especulações levantadas neste artigo tratam da política externa brasileira dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Ao fim da Guerra Fria e passados os difíceis primeiros anos da década de 90, ambos os governos marcam um novo rumo para a política externa brasileira, principalmente no que se refere à solidez de propostas. Apesar das aproximações e diferenças, tratadas aqui, ao executarem 16 anos de mandato, os dois são determinantes para a evolução do modelo brasileiro de inserção internacional na passagem do século XX para o XXI.

**Palavras-chave:** Política externa, De FHC a Lula, inserção internacional, aproximações e diferenças.



## ABSTRACT

The venture raised at this article represents Brazilian foreign policy administration of Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010). At the end of the Cold War and after the difficult first years of the 90s, both governments mark a new direction to Brazilian foreign policy, especially as regards the soundness of proposals. Despite the similarities and differences, signed here, at about 16 years in office, both are crucial to the evolution of the Brazilian international insertion at the turn of the twentieth to the twenty-first century.

**Keywords:** Foreign Policy; FHC to Lula; international integration; similarities and differences.



## 1 INTRODUÇÃO

As especulações levantadas neste artigo focalizam-se na política externa brasileira dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em dois mandatos, e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), também em dois mandatos – o último ainda em andamento. Dessa forma, procura-se dar conta de um período recente de nossa política externa, a qual se insere num momento de profundas transformações internacionais que se sucederam ao fim da guerra fria no final da década de 80 e início da década de 90.

O triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético, em 1989, deu impulso a uma nova dimensão da globalização. Segundo Cervo e Bueno (2008), três fatores influíram sobre o reordenamento das Relações Internacionais, a saber: a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos, decorrente de terem sido os reais vencedores da era bipolar. Nesse rumo, a globalização engendrou uma nova realidade econômica, marcada pelo aumento dos fluxos financeiros, por uma readequação dos processos de produção e por um flexibilização regulatória dos Estados. Ao lado desses aspectos, avançou a tendência de formação de blocos econômicos, de maneira a garantir o fortalecimento das regiões diante da competitividade internacional.

No pós-guerra fria, as relações em torno do poder modificaram-se consideravelmente, tornando-o mais flexível e cambiante, com geometrias variáveis que se fazem e desfazem a cada momento, de acordo com o tema da agenda. A superação do conflito bipolar removeu a rigidez das alianças e o congelamento em torno do poder mundial. Atualmente, as relações entre Estados Unidos e União Europeia, por exemplo, ora são de convergência e aproximação, ora são de conflito e afastamento. Os países em desenvolvimento, por sua vez, ora unem seus esforços na promoção de objetivos comuns, ora se afastam na defesa de interesses particulares. Quanto à união de esforços, pode-se mencionar o acrônimo dos BRICs<sup>2</sup>, composto de Brasil, Rússia, Índia e China, grupo dos quatro maiores emergentes da atualidade, que têm juntado esforços para reinvin-

---

<sup>2</sup> Este BRIC é a designação do grupo, criado em novembro de 2001 pelo economista Jim O'Neill, do Grupo Goldman Sachs, para designar os quatro principais países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China) no relatório "Building Better Global Economic Brics". Usando as últimas projeções demográficas e modelos de acumulação de capital e crescimento de produtividade, o Grupo Goldman Sachs mapeou as economias dos países BRICs até 2050, especulando que esses países poderão tornar-se a maior força na economia mundial. Segundo Lacerda (2007), o destaque de tais emergentes no cenário

dicar voz nos fóruns de decisão. Quanto ao afastamento, pode-se mencionar o caso em que a China se recusou a apoiar a ampliação do número de assentos permanentes no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2005, indo contra um interesse amplamente defendido pelo Brasil; ou ainda o caso recente, de julho de 2008, na Rodada de Doha, em que o Brasil era favorável ao acordo proposto pelos países mais industrializados, mas Índia e China não o aceitaram, levando a rodada ao fracasso.<sup>3</sup>

Muitas têm sido as leituras diante do rearranjo geopolítico internacional. Uma delas é a de Zakaria (2008), que, falando antes da crise econômica atual e olhando de dentro dos Estados Unidos, acredita que estamos vivenciando o terceiro grande deslocamento de poder da história moderna. O primeiro teria sido a ascensão do Ocidente, por volta do século XV, a qual resultou na formação da estrutura moderna tal como a conhecemos, composta do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, do comércio e do capitalismo, além de todas as grandes revoluções, entre as quais a

---

internacional não ocorre sem motivos. O autor nos informa que, no *ranking* dos dez maiores países segundo PIB (produto interno bruto) por paridade de poder de compra (PPC), encontram-se todos os BRICs. Conforme dados do FMI, com base no ano de 2007, a China está em segundo lugar, com um PIB-PPC de US\$ 6,9 trilhões, logo após os EUA. A Índia, com um PIB-PPC de US\$ 2,9 trilhões aparece em quarto lugar, vindo depois do Japão e antecedendo a Alemanha. Em sexto lugar está o Brasil, com PIB-PPC de 2,8 trilhões. Em seguida vem o Reino Unido e, depois, a Rússia, com PIB-PPC de pouco mais de 2 trilhões. Para verificar a listagem completa, assim como a lista elaborada também pelo Banco Mundial e pela CIA World Factbook, ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_PIB\\_\(Paridade\\_do\\_Poder\\_de\\_Compra\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_(Paridade_do_Poder_de_Compra))>. Acesso em: 10 jan. 2010. Embora os BRICs não sejam propriamente um grupo institucionalizado, o acrônimo BRIC possibilita que seus países se articulem – como já tem ocorrido em determinadas negociações – por maiores reivindicações políticas na agenda internacional, tendo em vista a pujança econômica que detém e que tende a se ampliar conforme as previsões.

<sup>3</sup> No pacote apresentado aos países emergentes, os EUA, entre outras coisas, se comprometeram a estabelecer um limite de US\$ 14,5 bilhões por ano para o subsídio doméstico a seus agricultores. Atualmente, esse limite é de US\$ 40 bilhões, mas a redução teria pouco valor prático, pois o valor total do subsídio pago nos EUA em 2007, por exemplo, foi de US\$ 8 bilhões. A União Europeia, por sua vez, aceitou reduzir 80% de seus subsídios domésticos para um limite máximo de US\$ 36 bilhões por ano. Em contrapartida, os países ricos pediam uma maior abertura dos mercados emergentes para seus produtos industrializados (com corte médio de tarifas em torno de 54%) e para os setores de bens e serviços públicos. A troca, no entanto, não foi considerada vantajosa pela maioria dos países que compõem o G-20, uma vez que não se garantia a competitividade de seus produtos nos mercados dos países ricos. Pelo contrário, poderia desproteger milhões de agricultores russos e chineses. (Disponível em: <[www.g-20.mre.gov.br](http://www.g-20.mre.gov.br)>. Acesso em: 10 jan. 2010).

agrícola e a industrial. O segundo ocorreu no fim do século XIX com a ascensão dos Estados Unidos como grande potência ocidental, o que a despeito dos momentos de crise, como a de 1929, permaneceu firme por grande parte do século XX. Esse período, denominado “Pax Americana”, em que a economia global se acelerou drasticamente, seria a mola propulsora por trás do terceiro grande deslocamento de poder, traduzida pelo fim da “Pax Americana” e pela ascensão dos demais países e de novas arenas de poder – o que o autor considera “ascensão do resto”.

Em outro sentido, Haass (2008, p. 1) entende que o mundo atual não é mais dominado por uma ou mais potências. Em sua ótica, o cenário contemporâneo é influenciado por dezenas de protagonistas, estatais e não estatais, que exercem diversos tipos de poder, bem diferente do período da guerra fria, em que duas nações eram os atores principais, ou da maior parte do século XX, em que alguns Estados foram os protagonistas. Em suas palavras: *The principal characteristic of first-century international relations is turning out to be nonpolarity.*

Três fatores ocasionaram, em sua visão, essa não-polaridade. Em primeiro lugar, alguns Estados teriam conquistado poder à medida que suas influências econômicas cresceram; em segundo, a globalização teria enfraquecido o papel dos Estados, permitindo que outras entidades acumulassem um poder substancial; em terceiro, a política externa norte-americana teria acelerado o declínio relativo dos EUA em relação aos outros Estados, tendo em vista tomada de medidas externas equivocadas.

Para Haass, além das sete grandes potências mundiais (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), o antigo G-7, que passou a ser acompanhado da Rússia, formando o G-8, são numerosas as potências regionais, sendo forças importantes Brasil e México, na América Latina; Nigéria, África do Sul e Egito, na África; Irã, Israel e Arábia Saudita, no Oriente Médio; Paquistão, no Sul da Ásia; Austrália, Indonésia, Coreia do Sul, na Oceania e no Leste Asiático. Com essas forças, encontram-se os próprios blocos regionais, como Mercosul, Nafta, União Europeia, União Africana, Liga Árabe, Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional, entre outros. Em seu artigo, Haass menciona como centros de relevância internacional as organizações internacionais, tais como a ONU, além de grandes corporações financeiras, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional; importantes organizações funcionais, como a Agência Internacional de Energia, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Organização de Cooperação de Xangai e a Organização Mundial da Saúde. Por fim, outras entidades merecedoras de inclusão global, segundo o autor, concorrem para demonstrar um mundo não polar, seriam as redes de comu-

nicação de grande repercussão internacional (Al Jazeera, BBC e CNN); milícias de grandes causas regionais ( Hamas, Hezbollah, Exército Mahdi, Talibã), organizações terroristas (como a Al Qaeda) e algumas ONGs internacionais (Fundação Bill e Melinda Gates Foundation, Médicos Sem Fronteiras, Greenpeace e Cruz Vermelha).

Como alerta Amaral (2008), a capacidade de entender o processo global e seu rumo, antecipar decisões e políticas, dar uma resposta adequada às novas realidades é, em boa medida, o que distingue o êxito do fracasso, a capacidade de liderar ou ser objeto dessas transformações. Diante da globalização, os países que souberam se guiar na direção dessas transformações puderam colher vantagens, ao passo que nações que se viraram contra essa lógica passaram por graves dificuldades. Nesse sentido, a maior justificativa para se pensar o período proposto neste artigo encontra-se em compreender o rumo tomado pelo Brasil ao longo de dezesseis anos de governos FHC e Lula, que ao longo desse tempo puderam imprimir feições bastante peculiares à nossa política exterior.

## **2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA AO FIM DA GUERRA FRIA**

Diante do cenário internacional que se descortinava ao fim da era bipolar, a política exterior do Brasil adaptou-se de maneira não simples, segundo análise de Cervo e Bueno (2008). Inicialmente, pareceu ter perdido o rumo que por 60 anos era marcado por uma política externa que ajudasse na promoção do desenvolvimento nacional.

Entre 1990 e 1995, cinco ministros ocuparam a pasta das Relações Exteriores, o que revelava a ausência de um projeto contínuo por parte do Itamaraty. Essa ausência de rumo, no entanto, foi resultado das dificuldades políticas e econômicas que o Brasil enfrentou na época, caracterizada pela inflação descontrolada e pelas acusações de corrupção em relação ao governo Fernando Collor de Mello e sua consequente cassação (1992), o que o levou a ser sucedido pelo seu vice, Itamar Franco (1992-1994). Passados esses primeiros anos da década de 90, os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, marcam, sem dúvida alguma, um novo rumo para a política externa brasileira, principalmente no que tange à solidez de propostas. Apesar das diferenças, ao executarem 16 anos de mandato, os dois serão determinantes para a evolução do modelo brasileiro de inserção internacional na passagem do século XX para o XXI.

O governo FHC, cuja diretriz ideológica se alinhava com os valores do neoliberalismo, teve como primeiro chanceler Luiz Felipe

Lampreia<sup>4</sup> (1995-2000). Muitas foram as críticas em relação à Lampreia enquanto esteve a frente do Ministério das Relações Exteriores, principalmente no sentido de que ele teria defendido um “alinhamento automático” do Brasil às principais potências do mundo. De qualquer forma, nesse momento histórico, a globalização financeira comportou duas exigências dos países avançados sobre as economias emergentes. A primeira foi o fluxo de capitais, e a segunda a abertura do sistema financeiro. Resultado disso foi a política de privatizações, consumada pelo governo FHC, com vistas a sanear as contas das estatais e acumular dólares para amenizar as dívidas externas. Entretanto, esse governo teve de enfrentar relevantes crises financeiras que abalaram a economia brasileira (México em 1994-1995, Ásia em 1997-1998, Rússia em 1998 e Argentina em 2001), influenciando consideravelmente suas ações de adesão às propostas do FMI.

Deve-se considerar que esse modelo de inserção neoliberal produziu efeitos nocivos para as relações internacionais do Brasil, mas também promoveu importantes conquistas (CERVO; BUENO, 2008). Entre os efeitos negativos estiveram a abertura sem contrapartida do mercado de consumo nacional, gerando déficit no comércio exterior; endividamento externo; a alienação de ativos de empresas brasileiras; a submissão a consensos e conselhos do centro do capitalismo; a obediência às regras de governança global traçada pelos ricos em seu benefício; o sacrifício das relações com os países emergentes em favor do primeiro mundo. Por outro lado, a abertura econômica resultou na modernização; no desenvolvimento industrial; e no aumento da competitividade sistêmica global da economia brasileira. Além disso, o liberalismo provocou a diminuição do Estado e a ascensão da sociedade na distribuição de responsabilidades sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico, bem como favoreceu uma ampliação da ação externa brasileira em relação à expansão das relações com outros países, especialmente no campo comercial.

Com o governo Lula, a ação multilateral foi eleita como meio de países como Brasil, desprovidos de poder efetivo nos foros internacionais, participarem das decisões internacionais. Imediatamente após suas posses, Lula e Amorim<sup>5</sup> declararam ser necessário reinterpretar as pre-

<sup>4</sup> Luís Felipe Lampreia deu lugar no Ministério à Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que ocupou o cargo interinamente em janeiro de 2001 até passar a gestão da pasta para Celso Lafer, que controlou a pasta até o fim do governo FHC (2001 e 2002).

<sup>5</sup> A própria indicação de Amorim como ministro de Relações Exteriores manifestava a prioridade da área externa no governo Lula. Celso Amorim é diplomata de carreira e sempre defendeu uma postura autônoma do Brasil nos foros multilaterais, o que não significa isolamento do País, mas uma negativa à adoção acrítica de um alinhamento automático com qualquer outra nação.

missas clássicas da política externa brasileira, dando a elas novo sentido. O objetivo seria garantir a sustentação de uma estratégia de inserção internacional do País, diferente daquela presente na maior parte do governo FHC e que fosse mais adequada à percepção do papel a ser ocupado pelo Estado brasileiro no mundo, voltando-se à inserção periférica dos países em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005). A diplomacia brasileira sob o governo Lula aprofundou a correção de rota iniciada em fins do segundo mandato de Cardoso, especialmente com Celso Lafer na gestão da pasta de Relações Exteriores. Daí entendermos que o discurso referente a se dar maior voz aos países pobres e em desenvolvimento já aparece no governo FHC, principalmente sob a intermediação de Lafer à frente do MRE. Contudo, é relevante em meu entender que tal posicionamento não esteve presente durante grande parte do governo do PSDB.

Segundo Almeida (2004), a diplomacia do governo Lula reflete com considerável expressão o discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) e essa nova linha de pensamento de sua política externa aparece já em 2003, na Conferência Mundial do Comércio (OMC), em Cancún. Os países em desenvolvimento costumavam assistir as negociações, cabendo-lhes cumprir as regras estabelecidas. Desde Cancún, a proposta brasileira e dos emergentes era a de que, ou esses países se tornavam parte na confecção das regras, que se tornariam legítimas e justas, ou a produção dessas seria paralisada. De modo a criar um contrapoder, a diplomacia brasileira e dos outros emergentes formaram uma coalizão com o Sul, sendo a mais importante o G-20<sup>6</sup>, grupo de países organizados por conta da Conferência de Cancún. Outra mensagem de destaque da política

---

<sup>6</sup> O G-20 é um grupo de países em desenvolvimento criado em agosto de 2003, na fase final da preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancún. O grupo concentra sua atuação em agricultura e tem uma vasta e equilibrada representação geográfica, sendo atualmente integrado por 23 membros – 5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 12 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Depois da falta de resultados concretos no encontro de Cancún, o G-20 dedicou-se a intensas consultas técnicas e políticas, visando injetar dinamismo nas negociações. Foram realizadas diversas reuniões ministeriais do grupo, além de frequentes reuniões entre chefes de delegação e altos funcionários dos países. O grupo promoveu, ainda, reuniões técnicas com vistas a discutir propostas específicas no contexto das negociações sobre agricultura da OMC e a preparar documentos técnicos, em apoio à posição comum adotada pelo grupo. A legitimidade do G-20 está, sobretudo, na importância de seus membros na produção e comércio agrícolas, representando quase 60% da população mundial, 70% da população rural em todo o mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais.

externa de Lula foi realizada logo em seu primeiro ano de Presidência, no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2003, em que o presidente falou abertamente da sua discordância diante do modelo neoliberal. Partilhando dessa ideia, Celso Amorim, seu chanceler desde o início do governo, tem insistido na ideia segundo a qual a fé cega na abertura dos mercados e na retração do Estado é incapaz de induzir o desenvolvimento e a igualdade entre as nações.

Dessa maneira, ganha corpo, no governo, segundo Cervo e Bueno (2008), o conceito de “multilateralismo da reciprocidade”<sup>7</sup>, que deveria ser aplicada não só no comércio internacional, mas também em outras áreas, como segurança, questões ambientais, saúde e direitos humanos. Segundo esse conceito, a reciprocidade se estabelece quando as regras do ordenamento multilateral beneficiam todas as nações e não a apenas algumas. Um exemplo prático da aplicação do *multilateralismo da reciprocidade* tem aparecido exatamente no empenho brasileiro em formar coalizões ao Sul. É nesse sentido que surgiu o grupo de cooperação IBAS (ou IBSA), iniciativa de Índia, Brasil e África do Sul como resultado das discussões entre seus chefes de Estado na reunião do G-8, ocorrida em Evian, em 2003.<sup>8</sup>

A construção de um mundo multilateral, nesse sentido, tem-se mostrado estratégia de grande relevância para a política externa do governo atual. Verifica-se, nesse período, o esforço de aproximação não só com os países mencionados, mas também com países árabes e especialmente os da África. As relações com os países do Mercosul e outros projetos em relação à América do Sul também merecem atenção especi-

---

<sup>7</sup> O conceito envolve dois pressupostos: a existência de regras para compor o ordenamento internacional sem as quais irá prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências, e a elaboração conjunta dessas regras a fim de garantir reciprocidade de efeitos para que não realizem interesses de uns em detrimento de outros.

<sup>8</sup> Em julho de 2006, em Brasília, os ministros das Relações Exteriores dos respectivos países (Nkosazana Dlamini Zuma, da África do Sul; Celso Amorim, do Brasil; Yashwant Sinha, da Índia) lançaram o Fórum de Diálogo IBAS, formalizando o grupo com base na “Declaração de Brasília”. Os objetivos principais do Fórum do Diálogo IBAS são: a) promover o diálogo Sul-Sul, a cooperação e posições comuns em assuntos de importância internacional; b) promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões das quais os países fazem parte; c) promover a redução internacional da pobreza e o desenvolvimento social; d) promover a troca de informação trilateral, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades, assim como cumprimentar os respectivos esforços de sinergia coletiva; e) promover a cooperação em diversas áreas, como agricultura, mudança do clima, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimento, turismo e transporte. (Disponível em: <[www.forumibsa.org](http://www.forumibsa.org)>. Acesso em: 10 jan. 2010.)

al, dada a prioridade do governo em relação à região vizinha, o que também ocorria com a administração FHC. No entanto, como destaca Amorim (2005), são impostas, com Lula, inovações conceituais e diferenças práticas. Nesse espectro, Amorim considera a política externa do governo de que é participante “ativa e altiva”, o que significa possuir uma postura mais assertiva, de afirmação e defesa da soberania nacional e da igualdade entre as nações. E vai além, defendendo a ação diplomática do governo atual como relevante instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País.

### **3 POLÍTICA EXTERNA DE FHC E LULA COM RELAÇÃO À AMÉRICA DO SUL**

O Brasil faz fronteira com quase todos os países sul-americanos, excetuando-se Equador e Chile. Entretanto, a combinação de uma proximidade geográfica inescapável com a assimetria no tamanho econômico gerou uma síndrome de desconfiança entre o Brasil e os países da região, alimentada pelas diferenças de língua, trajetórias sociopolíticas e características culturais. No plano político, todavia, partilham o fato de terem saído de ditaduras militares e retornado a ordem democrática na década de 80. Desde então, por exemplo, foi permitido um contato mais próximo do Brasil com a Argentina, embora haja forte crítica brasileira em relação às dificuldades impostas pela Argentina no funcionamento do Mercosul.

Do ponto de vista institucional, com exceção do Chile, os países do Sul estão integrados em dois blocos, o Mercosul<sup>9</sup> (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e “Venezuela”) e o Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru). Isso torna as relações mais fáceis, pois se resumem, de certa maneira, a uma correspondência entre o Mercosul e o Pacto Andino (JAGUARIBE, 2008). Positivamente, existe a vontade de esses países se integrarem, facilitando as negociações em bloco. Por outro lado, como

---

<sup>9</sup> O Mercosul consiste numa união aduaneira entre os cinco países partes, embora devamos ressaltar que a participação definitiva da Venezuela depende da aprovação de seu ingresso no bloco pelo Congresso brasileiro, que tem relutado em fazê-lo, alegando a ausência de democracia plena no governo de Hugo Chávez. As discussões para a constituição de um mercado econômico regional para a América Latina remontam ao tratado que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), desde a década de 60. Esse organismo foi sucedido pela Associação Latino-Americana de

Jaguaribe aponta, a marcante assimetria econômica entre os países da região consiste no problema estrutural mais sério para uma efetiva integração, o que acaba exigindo medidas compensatórias para os países mais pobres. Outra dificuldade reside na escolha dessas medidas, o que depende do tipo de ressalvas protecionistas das economias mais débeis, que devem ser, por um lado, satisfatórias para elas e, por outro lado, aceitáveis pelos países maiores.

Cervo (2003) entende que a política externa de FHC geriu com senso realista o processo de integração posto em marcha no Cone Sul do continente. Com o regionalismo, pretendia-se realizar compensações econômicas e reforçar o poder político. Na prática, tal posicionamento obteve resultados positivos, como a empatia entre as inteligências brasileira e argentina, a criação de uma zona de paz regional, a expansão vertiginosa do comércio intrabloco, a elevação do Mercosul à condição de sujeito de Direito Internacional e a produção de uma imagem externa acima de sua própria realidade. Todavia, o processo de integração evidenciou, por outro lado, algumas fragilidades, como a não-convergência das políticas exteriores de todos os seus membros, a recusa em sacrificar a soberania em dose adequada, a adoção de medidas unilaterais perniciosas para os parceiros, a dificuldade em se enfrentar adequadamente as assimetrias e a incompatibilidade das políticas cambiais.

---

Integração, na década de 80. À época, a Argentina e o Brasil fizeram progressos na matéria, assinando a Declaração de Iguazu (1985), que estabelecia uma comissão bilateral, à qual se seguiram uma série de acordos comerciais no ano seguinte. O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado entre ambos os países em 1988, fixou como meta o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países latino-americanos poderiam se unir. Com a adesão do Paraguai e do Uruguai, os quatro países se tornaram signatários do Tratado de Assunção (1991), que estabeleceu o Mercado Comum do Sul, uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais. Inicialmente foi estabelecida uma zona de livre comércio, em que os países signatários não tributariam ou restringiriam as importações um do outro. A partir de 1995, essa zona converteu-se em união aduaneira, na qual todos os signatários poderiam cobrar as mesmas cotas nas importações dos demais países (tarifa externa comum). No ano seguinte, a Bolívia e o Chile adquiriram o *status* de associados do Mercosul.<sup>4</sup> No plano doméstico, grupos se digladiam denunciando que as pressões sobre a questão ambiental tem outros objetivos, inquietando sobretudo os defensores da preservação da região. Insatisfeitos com as políticas adotadas pelo governo, os ambientalistas têm-se oposto aos desenvolvimentistas que demonstram poucos cuidados com a Amazônia. O caso mais recente desse confronto resultou na queda de Marina da Silva do Ministério do Meio Ambiente, em 2008.

Passando para uma análise da importância do Mercosul para a região, esse bloco econômico tem sido o principal foco da diplomacia brasileira na América do Sul, estratégia que perpassa os dois governos. Conforme entende Almeida (2004), os temas econômicos e comerciais tiveram, para FHC, prioridade sobre os demais na agenda do Mercosul, enquanto para Lula o social e o político parecem ter assumido a precedência no processo de integração. Os progressos, em todo caso, têm sido mais proclamados do que efetivos, em vista de dificuldades econômicas persistentes em cada um dos países. A falta de recursos financeiros pode representar um impedimento para a realização de muitas das iniciativas vinculadas à integração física, porém o mais importante parece ser a fragilidade econômica atual dos países membros, o que torna difícil a derrubada das barreiras comerciais entre os países. Outro aspecto que pode prejudicar o processo de integração consiste nas ásperas divergências entre o Brasil e seus vizinhos, simpáticos a posicionamentos mais radicais. São exemplos: a proposta do novo presidente do Paraguai, Fernando Lugo, de rever o tratado de Itaipu com o Brasil<sup>10</sup>; as atitudes antidemocráticas de Chávez, a despeito da recente aprovação pelo Congresso Brasileiro acerca da sua entrada no MERCOSUL; o recente incidente entre a empresa brasileira Odebrecht e o governo equatoriano<sup>11</sup>; e por fim, o incidente da Bolívia sob a presidência de Evo Morales, que em 2006 nacionalizou a exploração de petróleo e gás, ocupando as empresas estrangeiras responsáveis por tal exploração, dentre elas a Petrobrás. Apesar de todos os problemas existentes, diversos especialistas nacionais defendem o Mercosul, exatamente pela expansão que o bloco pro-

---

<sup>10</sup> Paraguai e Brasil anunciaram no dia 25 de julho de 2009, em Assunção, um acordo que chamaram de "histórico" sobre a exploração da hidrelétrica de Itaipu: o Brasil passará a pagar ao Paraguai uma compensação anual de US\$ 360 milhões pela energia consumida, contra US\$ 120 milhões atualmente, satisfazendo antigas exigências paraguaias. Com o acordo, o Brasil praticamente triplicou a quantia que paga ao vizinho pela energia elétrica com a qual o Paraguai abastece a região sudeste brasileira. O acordo também permitirá que o governo de Assunção venda energia ao mercado brasileiro sem a mediação da estatal Eletrobrás, uma antiga reclamação paraguaia. Porém, essa medida entraria em vigor a partir de 2023. A justificativa do presidente Lula é que não interessa ao Brasil ter como vizinho e parceiro no Mercosul um país em condição econômica inferior.

<sup>11</sup> Nesse caso, o governo de Rafael Correa expulsou a empresa brasileira e ainda recorreu à arbitragem internacional ameaçando não pagar o empréstimo de US\$ 243 milhões, vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como reação, o governo do Brasil fez algo raro, ao chamar para consulta seu embaixador no Equador, Antonino Martes Porto, até a resolução do caso. Em janeiro de 2009, o Equador pagou parte da dívida com o BNDES, e o embaixador brasileiro voltou ao Equador.

porcionou para diversos setores da economia brasileira. Nesse sentido, as análises acerca das vantagens e desvantagens do regionalismo tendem a pesar para o lado da aceitação da integração como a melhor escolha que a política externa tem optado ao longo de todo esse período, de FHC a Lula.

Ação concreta nesse rumo pode ser evidenciada na formação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), uma comunidade formada por doze países sul-americanos (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela), cujo objetivo principal é propiciar a integração entre os países da América do Sul, respeitando determinadas particularidades que impedem a todos de se unirem no projeto Mercosul, por exemplo. Essa integração deverá ocorrer nas áreas econômica, social e política. Dentro desse objetivo, espera-se uma coordenação e cooperação maior em segmentos como educação, cultura, infraestrutura, energia, ciências e finanças. Além disso, tem-se a expectativa de avançar em pontos extremamente relevantes para a região, como na criação de um Conselho de Defesa da América do Sul, de um Parlamento Único, de uma moeda única e de um banco central para a comunidade (SUAPESQUISA.COM/ UNASUL, 2008).<sup>12</sup>

#### **4 ENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DE FHC E LULA EM RELAÇÃO À ÁFRICA**

A inclusão de novos atores nas Relações Internacionais é um passo decisivo para a afirmação do multilateralismo. É com essa leitura que se pode verificar um aumento recente das relações brasileiras com o Continente Africano. Mas nem todos analistas veem essa proximidade positiva, como é o caso de Amaral (2008). Para ele o Brasil se encontra a meio caminho entre pobres e ricos, entre subdesenvolvidos e desenvolvidos, e as relações com a África são reflexo da falta de continuidade de

---

<sup>12</sup> O primeiro passo para a criação dessa união ocorreu em 8/12/2004, na cidade de Cuzco, no Peru, quando foi realizada a 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul. Nessa ocasião, foi redigido um documento (Declaração de Cuzco) que criou as bases para a UNASUL. O projeto criado recebeu o nome de Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações). Em 2007, durante a 1ª Reunião Energética da América do Sul (realizada na Venezuela), o nome foi modificado para UNASUL. Contudo, somente em 23/5/2008, em Brasília, representantes dos doze países assinaram efetivamente um tratado para criá-la. Ressalte-se que esse tratado ainda precisa ser ratificado pelos Congressos dos países membros.

nossa política externa ao longo das décadas, visto que a atenção com esse continente é esporádica e os resultados questionáveis. Fato é que o Brasil ampliou suas relações diplomáticas com a África, de tal forma que foram criadas, nos últimos anos, novas embaixadas no continente (CAMPOS, 2008).

Nos quatro primeiros anos do governo Lula, para se ter uma idéia, o Brasil abriu embaixadas desativadas no governo FHC e inaugurou novas representações diplomáticas e um consulado-geral, totalizando 13 novos postos. A presença brasileira na África saltou de 18 para 30 embaixadas ao longo do governo Lula<sup>13</sup>, e dois consulados-gerais. Por outro lado, despertou-se o interesse de países africanos na abertura de postos diplomáticos no Brasil (Benin, Guiné-Conacri, Guiné Equatorial, Namíbia, Quênia, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), de modo que entre 2003 e 2006 o número de embaixadores africanos por aqui saltou de 16 para 25 (RIBEIRO, 2007a).

A despeito do discurso da política externa atual de que o Brasil deve resgatar a integração com a África pelas proximidades históricas<sup>14</sup>, o motivo mais plausível para essa aproximação é a busca por apoio na campanha brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que pode ser facilitado pela maior cooperação internacional. Segundo o discurso do governo brasileiro, é necessário reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, que deverá contar com novos membros permanentes vindos da Ásia, África e América Latina. Nesse rumo de integração, o Brasil tem buscado incentivar a cooperação sul-americana com a África e tem atuado no fortalecimento do diálogo político e da integração econômica com essa região, como aparece no acordo de co-

---

<sup>13</sup> Como resultado, o Itamaraty ampliou consideravelmente o número de vagas em seu concurso público anual.

<sup>14</sup> A relação entre Brasil e África começa no século XVI com a escravidão negra. A implantação do trabalho escravocrata no Brasil contribuiu para um desenho bastante peculiar na estrutura social brasileira. Hoje, o país possui a segunda maior população negra do mundo, só estando atrás da Nigéria. Segundo o IPEA, em 2006 eram negros no Brasil 49,5% da população. Sabendo-se que em 2006 o Brasil tinha aproximadamente 187 milhões de habitantes, a população auto-declarada negra equivale a quase 93 milhões de brasileiros. Podemos mencionar ainda que, desde o fim dos anos 1980, tem crescido na África a penetração da televisão brasileira, em especial com as telenovelas, com as igrejas evangélicas e com o estabelecimento ilícito de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro. Aspectos culturais e de segurança, assim, se tornaram agendas comuns no relacionamento entre as duas margens do Atlântico Sul. Além disso, o Brasil também tem recebido refugiados e imigrantes do continente africano, provenientes de guerras em pontos críticos da região.

mércio preferencial do Mercosul com a União Aduaneira da África Austral (SACU). Esse organismo trata da cooperação econômica do Continente Africano, envolvendo África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Contudo, a África do Sul responde por mais de 95% do PIB da SACU. Segundo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre os 950 itens incluídos pela SACU no Acordo de Comércio Preferencial estão 150 itens do setor de alimentos (principalmente processados) e mais de 200 itens do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Há, atualmente, conversações no sentido de iniciar-se a negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul, a Índia e a SACU (NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MERCOSUL-SACU/MRE, 2009).

Apesar de sua posição crítica, o próprio Amaral (2008) reconhece que, se programado em médio prazo e tendo foco e continuidade, o contato com a África poderá trazer retornos para o Brasil. Afinal, já há algumas parcerias com os países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe), tanto no campo econômico quanto em cooperação técnica. Em função da proximidade cultural e do diálogo político, algumas nações africanas oferecem atraentes oportunidades de investimentos para o Brasil, entre elas a ampliação do mercado de etanol, seja para o consumo, seja para o auxílio técnico na produção. Com tal incentivo, o Brasil e esses países podem vir a atuar no desenvolvimento de um mercado mundial para essa nova *commodity*.

Fazendo um sintético levantamento histórico recente, com o governo Sarney, pode-se verificar algum contato brasileiro com o Continente Africano, mas a ascensão de Fernando Collor de Mello à Presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica abriram uma fase de distanciamento em relação à África, o que se acirrou depois que se criou o Mercosul, em 1991. Em 1993, Itamar Franco reativou a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que tem o objetivo do uso pacífico do hidroespaço atlântico pelos Estados ribeirinhos. A ZOPACAS havia sido criada em 1986, mas estava desativada. Além disso, realizou o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa, em Brasília, e apoiou bilateral e multilateralmente – via ONU – o processo de paz e reconstrução de alguns países do continente (CAMPOS, 2008).

Já no governo FHC (1995-2002), o lugar da África na política externa brasileira continuou modesto, tendo havido algumas iniciativas de destaque. A partir de 1995, o Exército Brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Angola e África do Sul,

firmando acordos em várias áreas, e, em 1998, Nelson Mandela, presidente sul-africano, visitou o Brasil, de maneira que a nova África do Sul<sup>15</sup>, *pós-apartheid*, emergia como parceira importante para a política brasileira. No mesmo sentido, a cooperação no campo das políticas públicas cresceu bastante entre o Brasil e o Continente Africano, o que aparece na luta brasileira por quebrar os direitos de patente dos medicamentos contra a Aids, epidemia que assola a África austral. Quando o presidente, no contexto da crise do real, começou a criticar a “globalização assimétrica”, passou a haver uma maior convergência entre Brasil e África na diplomacia mundial. (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Já com o governo Lula o Continente Africano passou a ser encarado como uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos, de modo que tanto Lula como Celso Amorim realizaram um roteiro de visitas, acompanhados de empresários, estabelecendo acordos sem precedentes em termos comparativos. Durante seu primeiro mandato, Lula realizou 4 viagens ao Continente Africano, visitando um total de 17 países em pouco mais de dois anos. Em novembro de 2003, esteve em São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Em dezembro desse mesmo ano foi ao Egito e Líbia. Em julho de 2004, visitou São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde; em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal. Em fevereiro de 2006, foi à Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul.

No plano das ações, a política externa brasileira para a África tem sido caracterizada pelo reiterado esforço do Itamaraty na promoção não só de viagens oficiais do executivo, mas também com vistas à implementação e renovação de projetos bilaterais e o estabelecimento de acordos de cooperação de âmbito multilateral, pelos quais se deduz a possibilidade de abertura e ampliação de acordos e mercados (RIBEIRO, 2007a).

Nesse contexto de integração, o Brasil desenvolveu com países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>16</sup>,

---

<sup>15</sup> A África do Sul é um país com muitas riquezas naturais. Segundo Dupas (2006), possui 40% das reservas mundiais de ouro, 25% das reservas de diamante, além da quase totalidade das de platina, manganês, cromo e vanádio. No início da década de 80, o acirramento das sanções em represália ao regime de segregação racial dificultou as condições econômicas do país. Somente no início da década de 90, com o fim do *apartheid* em 1992 e as eleições de Nelson Mandela para a Presidência, a África do Sul vai retomando aos poucos os contatos estratégicos com outros países fora do continente.

<sup>16</sup> A CPLP, criada em 1996, envolve uma população de 240 milhões de pessoas em vários continentes, sendo seus componentes: Brasil, Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Eles têm buscado cooperação nas áreas de segurança, negócios, saúde e educação.

que é composto em grande parte de países africanos, fortes programas de cooperação bilateral. Entre os mais significativos estão a abertura de centros brasileiros de ensino técnico em Timor Leste (que fica na Ásia) e em Angola, e a disposição de urnas eletrônicas para o pleito de Guiné-Bissau, que acabou adiado por conta da tentativa de golpe militar ocorrido neste país em 2008. Foi negociada, ainda, em Moçambique, a instalação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais, trazendo grande entusiasmo aos integrantes da Comunidade. Também em Moçambique, a Companhia Vale está presente desde 2004 em Moatize, norte do país, após ganhar concurso internacional para a realização de pesquisas, naquela que é considerada uma das maiores reservas carboníferas do mundo (@VERDADE, 2007).

Em Angola, a interação política tem favorecido enormemente as relações comerciais e os investimentos brasileiros no país. O atual governo brasileiro ampliou as linhas de crédito ao Estado angolano, de modo a permitir a conclusão da hidrelétrica de Capanda, as exportações de automóveis e viaturas de polícia, além da contratação de novos projetos nas áreas de infraestrutura, saneamento e agricultura (RIBEIRO, 2007b). Faz-se relevante mencionar, ainda, que as empresas brasileiras respondiam, em 2007, a 10% do PIB angolano, conforme informação do embaixador brasileiro em Angola, Afonso José Sena Cardoso (SENADO FEDERAL, 2009).

A Petrobras, por sua vez, já está presente em sete países do continente – Nigéria, Angola, Guiné Equatorial, Líbia, Tanzânia, Moçambique e Senegal –, trabalhando com empresas locais e estrangeiras na prospecção em águas profundas e no segmento de exploração e produção. Por outro lado, existe a participação de empresa privada angolana na exploração de hidrocarbonetos no Brasil. A Somoil venceu disputa para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização (REVISTA O PETRÓLEO/ ANGOLA, 2007).

## 6 CONCLUSÃO

De Cardoso a Lula a política externa passa por mudanças substanciais, e aqui reside o argumento central deste artigo, apesar da breve explanação dos argumentos. Trata-se de uma pesquisa inicial que tenho desenvolvido, a qual pretende emergir nos discursos oficiais e na constatação dos dados que marcam as duas políticas externas no tocante às duas regiões estratégicas para o Brasil.

Tendo em vista, no entanto, o que foi apresentado, podemos assumir algumas conclusões. A primeira é que o governo Fernando Henrique Cardoso desenvolveu uma política externa condizente com uma lógica de cunho neoliberal, o que estava de acordo com a conjuntura externa da época em que governou, com as exigências do FMI e do Consenso de Washington – que propunha reformas para a América Latina. Portanto, a política externa de grande parte do governo FHC seguia-se na esteira internacional diante da vitória norte-americana na guerra fria. Seu governo encarou as reformas como necessárias ao País, obtendo alguns sucessos e também fracassos, como os vínculos de dependência externa e de fragilidade na construção de uma autonomia nacional.

Por outro lado, o governo Lula parece trabalhar por uma afirmação da identidade nacional, com uma política externa mais voltada para a plataforma ideológica do PT, logo mais próxima de uma esquerda moderada. No discurso de Lula, percebe-se uma diplomacia voltada aos interesses nacionais costumando ser mais enfático que seu antecessor nas decisões diplomáticas e propondo que o Brasil e outras nações sejam reconhecidos como agentes internacionais de grande expressão. Daí seu discurso voltar-se à defesa do multilateralismo, do desenvolvimento das coalizões ao Sul, de reformas institucionais, do combate às assimetrias e da aproximação com a África – a despeito da inegável existência de proximidades culturais.

Em segundo lugar, devemos destacar que as transformações geopolíticas têm sido profundamente dinâmicas. No contexto do governo Fernando Henrique, as assimetrias internacionais eram mais acirradas, e o discurso de aceitação a elas no mundo era maior, pois havia pouco tempo depois do fim da guerra fria, e muitas eram as dúvidas acerca do futuro das Relações Internacionais. Na conjuntura do governo Lula, os países emergentes ganharam força política, principalmente pela importância que atualmente possuem no comércio internacional. Além disso, com a participação dos Estados Unidos em questões de terrorismo e guerras, houve um distanciamento político em relação à América do Sul – principalmente após o 11 de Setembro, abrindo brecha para a ampliação da influência brasileira na região, o que tem sido explorado pela diplomacia do governo Lula.

Em terceiro lugar, o apoio à integração com a América do Sul, em especial no Mercosul, parece um ponto de aproximação entre os governos FHC e Lula, embora com o governo atual o Mercosul esteja enfrentando novos desafios, o que nos leva a pensar inclusive sobre a viabilidade de seu futuro. A região tem padecido de esquerdas com discursos radi-

cais e de medidas internas excessivamente populares que parecem refletir a falta de enfrentamento de problemas estruturais que definem seu subdesenvolvimento. Apesar disso, o Brasil tem privilegiado sua região, defendendo na maioria das vezes uma política de cooperação, respeitando as autonomias dos países e buscando acordos ainda incipientes, mas ambiciosos, como o caso da UNASUL.

Em quarto lugar, as estratégias comerciais são diferentes nos dois períodos. Para além do Mercosul, o período FHC buscava maior aproximação com a Europa e os Estados Unidos, enquanto o governo Lula não abriu mão desse tipo de relacionamento, mas buscou maior contato com outras partes do globo, entre elas a África. Esse continente aparece como interessante aproximação da política externa do governo Lula, o que marca destacada diferença política, econômica e diplomática entre sua política exterior e a de seu antecessor.

Por fim, ressalte-se a diferença em relação à ambição pelo poder internacional verificado nos dois governos. A assunção do papel do Brasil como líder era vista, por FHC, como o resultado da gradual preeminência econômica do País, o que deveria, em princípio, ser restrito à região, tendo em vista a limitação dos recursos efetivamente disponíveis para a ação externa do Estado. Para o governo Lula, a busca por maior presença internacional parece tratar-se de um dos grandes objetivos políticos, não necessariamente limitando-se à região. Enquanto FHC modulava esse objetivo em função das percepções dos parceiros regionais, Lula parece acreditar que esse papel pode ser conquistado com o ativismo diplomático e as alianças estratégicas que estão sendo desenvolvidas com os parceiros em várias partes do mundo. FHC tinha consciência dos limites estratégicos e da real capacidade econômica do Brasil, ao passo que para o governo Lula não parecem existir limitações estruturais a tal pretensão. Daí, verificarmos a expansão de críticas à nossa política externa atual: termos mais discurso do que propriamente ação.

A política exterior do governo Lula é peculiar pelo momento histórico em que está inserida. Tem relevante marca diplomática na valorização das coalizões ao Sul. Tem um discurso favorável à redução das assimetrias internacionais, mas precisa estar atenta aos interesses da população interna, que deve ser o alvo de toda a ação externa. Só o tempo nos permitirá novas interpretações acerca das ações diplomáticas tomadas atualmente e só assim conheceremos o futuro do multilateralismo como estratégia pretensamente exitosa da nossa política externa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PEExtLula.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

AMARAL, Sérgio. **Uma política externa para o século XXI**. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; LINS DA SILVA, Eduardo (orgs.). *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

AMORIM, Celso. **Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos**. In: *Análise de Conjuntura OPISA*, nº 4, março de 2005. Disponível em: <[http://observatorio.iuperj.br/artigos\\_reseña/Artigo%20Celso%20Amorim.pdf](http://observatorio.iuperj.br/artigos_reseña/Artigo%20Celso%20Amorim.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2009.

@ VERDADE, 2009. Disponível em: <[http://www.verdade.co.mz/index.php?view=article&id=1405%3Avale-do-rio-docelanca-projecto-decarvaodemoatize&option=com\\_content&Itemid=61](http://www.verdade.co.mz/index.php?view=article&id=1405%3Avale-do-rio-docelanca-projecto-decarvaodemoatize&option=com_content&Itemid=61)>. Acesso em: 14 jan. 2009.

CAMPOS, Diego Araújo. **A África na política externa brasileira**. In: *Mundorama – Divulgação científica em Relações Internacionais*, 2008. Disponível em: <<http://mundorama.net/2008/04/08/a-africa-na-politicaexterna-brasileira-por-diego-araujo-campos/>> Acesso em: 13 jul. 2009.

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, nº 2, IBRI, Brasília, 2003, p. 5-25. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35846201.pdf>>. Acesso em: 14 jan.2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

DUPAS, Gilberto. **África do sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças**. In: Villares, Fábio. *Índia, Brasil e África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2006.

FÓRUM de diálogo IBAS. 2003. Disponível em: <[www.forumibsa.org](http://www.forumibsa.org)>. Acesso em: 14 jan. 2009.

G-20/MRE. 2003. Disponível em: <<http://www.g-20.mre.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

HAASS, Richard. The Age of Nonpolarity: What Will Follow US Dominance?. *Foreign Affairs*, vol. 87, nº 3. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/63397/richard-n-haass/the-age-ofnonpolarity>. Acesso em: 14 jan. 2009.

JAGUARIBE, Helio. Integração Sul Americana. In: **Revista Cebri 10 anos: os grandes desafios da política externa brasileira**. Rio de Janeiro, 2008.

LACERDA, Antônio Correa de. **O crescimento dos BRIC's**. 2007. Disponível em: <[http://www.ahk.org.br/extranet/revista/2004/comen\\_econ\\_jan\\_fev07\\_port.pdf](http://www.ahk.org.br/extranet/revista/2004/comen_econ_jan_fev07_port.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2009.

LISTA DE PAÍSES POR PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA). Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_PIB\\_\(Paridade\\_do\\_Poder\\_de\\_Compra\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_(Paridade_do_Poder_de_Compra))> Acesso em: 14 jan. 2009.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G-20. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol. 48, nº 2, p. 55-69, IBRI, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a03v48n2.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

REVISTA O Petróleo, Angola, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaopetroleo.net/ed01/emfoco01.htm>>. Acesso em 14 jan. 2009.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Política africana do governo Lula: um ponto de inflexão (e reflexão). In: **Meridiano 47** – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, 2007b. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2007/06/30/politica-africana-do-governo-lula-um-pontode-inflexao-e-reflexao/>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2007a.

SENADO FEDERAL. 2009. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/JORNAL/noticia.asp?codEditoria=22&dataEdicaoVer=20071130&dataEdicaoAtual=20080527&nomeEditoria=Comisses&codNoticia=65367>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

SUAPESQUISA.COM/ UNASUL. 2008. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/unasul.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danielevicz. A política africana do governo Lula. In: **Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/ UFRGS**. Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

ZAKARIA, Fareed. **The Post-American Word**. New York: W.W. Norton & Company, 2008.

Recebido em: junho de 2009.  
Aprovado em: agosto de 2009.